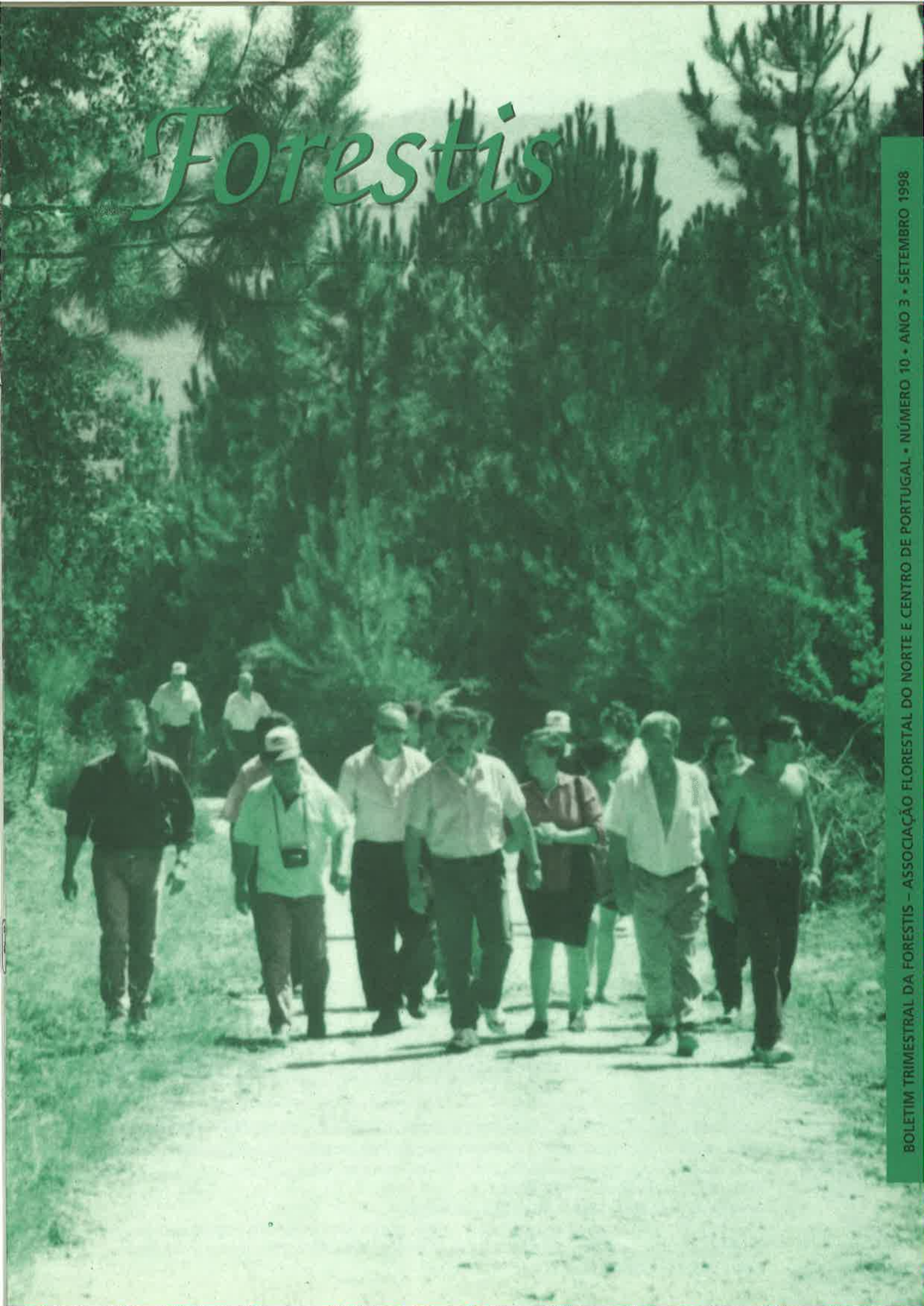


Forestis

A group of approximately 15 people, including men and women of various ages, are walking along a dirt path that winds through a dense forest of tall, slender pine trees. The scene is captured in a monochromatic green tint. The people are dressed in casual outdoor attire, such as t-shirts, button-down shirts, and trousers. The path is dappled with sunlight and shadows from the surrounding trees. The overall atmosphere is peaceful and suggests a recreational or educational outing in a natural setting.

Formação para proprietários

23 Outubro a 21 de Novembro: Gestão e Protecção da Floresta no Vale de Sousa

21 de Outubro a 12 de Novembro: Gestão e Protecção da Floresta no concelho de Viana do Castelo

19 de Outubro a 10 de Novembro: Gestão e Protecção da Floresta no concelho de Ponte de Lima

13 de Outubro a 25 de Novembro: Gestão e Protecção da Floresta no Grande Porto

Formação para técnicos

14 a 25 de Setembro: Cubicagem, avaliação e comercialização de material lenhoso

3 a 6 de Outubro: Fogos controlados

12 a 16 de Outubro: Cartografia assistida por computador

SUMÁRIO

Editorial

3

Vida da *Forestis*

7

Vida das Associações Florestais Sub-Regionais

13

Ficha Técnica

14

Agenda

15

FICHA TÉCNICA

BOLETIM TRIMESTRAL DA *Forestis* – ASSOCIAÇÃO FLORESTAL DO NORTE E CENTRO DE PORTUGAL
Nº 10

EDITADO POR: *Forestis* – AFNCP;

INSTITUTO DE BIOLOGIA MOLECULAR E CELULAR DA UNIV. DO PORTO, R. DO CAMPO ALEGRE, 823,
4150 PORTO – TELF: 02 6006129 • FAX: 02 6090156 • EMAIL: forestis@mall.telepac.pt

EXECUÇÃO GRÁFICA: RAINHO & NEVES, LDA. – SANTA MARIA DA FEIRA

COORDENAÇÃO: CAROLINA DOMINGUEZ

COMITÉ DE REDACÇÃO: EQUIPA TÉCNICA DA *Forestis*

NESTE NÚMERO COLABORARAM: ALEXANDRE SOUSA, ANA PAULA FERNANDES, ARBOREA, CAROLINA
DOMINGUEZ, JORGE CUNHA, JOSÉ BENTO DA SILVA RAMOS, ROSÁRIO ALVES, SÉRGIO MARABUTO,
SOFIA MOURA, ZULMIRA CAMPELO

EDITORIAL

Na Assembleia Geral de 16 de Maio de 1998, foram eleitos novos corpos sociais da *Forestis*. Foi cumprido mais um passo no desenvolvimento deste movimento florestal.

Durante o primeiro triénio (1992-1995), foram definidas as ideias básicas deste projecto. Foi conseguido o apoio financeiro e foram criadas três Associações Florestais Sub-regionais. Cabe aqui salientar o trabalho desenvolvido pelo Dr. António Melo, elemento destacado pela Comissão de Coordenação da Região Norte pela elaboração e acompanhamento do projecto, e pelo Eng^o José Moreira da Silva, o primeiro Presidente da Direcção.

No segundo triénio (1995-1998), foi sendo dado corpo a este projecto florestal, com a admissão dos quadros técnicos. Foi então possível intensificar a criação de novas Associações Florestais juntamente com alguns meios de apoio, tais como a carta de aptidão florestal, a cartografia através do GPS, a formação profissional, quer dos proprietários florestais, quer dos técnicos e de outros intervenientes na gestão da floresta. Foi um trabalho pesado, mas compensador, para os que o levaram a cabo. Neste momento, a região de Entre-Douro e Minho está totalmente coberta por Associações Florestais, estão já criadas três Associações Florestais em Trás-os-Montes, cobrindo já a maior parte da sua área, e começa-se a intensificar o trabalho na região Centro. Com todo este conjunto de associações, a evolução natural da *Forestis* foi transformar-se numa federação de Associações Florestais.

O Eng^o Moreira da Silva não quis continuar este trabalho no terceiro triénio. Registamos a sua dedicação a esta causa e os seus elevados conhecimentos de silvicultor, que soube transmitir. Coube-nos a nós prosseguir este trabalho de organização e defesa da floresta no minifúndio.

Não havendo tradição de associativismo florestal em Portugal, é natural que os caminhos a percorrer, nem sempre sejam bem claros. Mesmo assim, o trabalho realizado está a impor-se pela sua qualidade e isenção. O Ministro da Agricultura reconheceu-o ao celebrar com a *Forestis* um convénio de cooperação.

Sendo a *Forestis* uma federação, os novos corpos sociais são as Associações Florestais. É assim possível uma maior intervenção destas nas decisões que as afectarão e aos proprietários florestais que representam. No sentido de reforçar esta ideia foi criado um Conselho de Direcção, que, esperamos, também ajude a tornar visíveis futuros dirigentes associativos.

A questão que, no fundo, preocupa esta direcção é a gestão florestal. Chegou-se à conclusão de que se sabe pouco sobre este tema aplicado ao minifúndio, sobretudo quando são abordadas as questões financeiras e sociais. Entendemos que deve ser aprofundado, desenvolvendo esforços neste sentido, tais como obter as colaborações das pessoas que nesta área já tenham trabalhado, quer no terreno, quer em estudos científicos, conhecer os caminhos que foram percorridos pelas Associações Florestais onde o associativismo é uma realidade muito forte, e obter o apoio do Estado português, quanto mais não seja no plano financeiro.

Assim, além de alargarmos as ligações actuais nacionais e internacionais, irá procurar-se tirar melhor partido das parcerias com o Ministério de Agricultura, a Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, a Estação Florestal, o Centro Pinus e outras.

Os incêndios florestais são uma calamidade que pode ser drasticamente reduzida com uma boa gestão florestal. Se uma pequena parte do dinheiro gasto no combate aos incêndios for aplicada no incentivo da gestão florestal e na educação das pessoas desde a infância, poderíamos então ser mais optimistas.

Perspectivas sobre o sistema de certificação florestal

A redefinição do conceito de «gestão florestal sustentada» está a ser discutida não apenas em Portugal, mas em todo o mundo. A Direcção Geral das Florestas, obviamente a *Forestis* e as Associações de Proprietários Florestais mais responsáveis, a Associação das Indústrias de Madeira e Mobiliário de Portugal, são o suporte natural de todo este processo.

Provavelmente o Instituto Português da Qualidade em tudo quanto diz respeito a produção de madeira e fabrico de produtos em madeira não irá ficar completamente alheio a este «forum» que genericamente tratamos por certificação. Os encontros recentes sobre o Plano de Desenvolvimento Sustentável da Floresta Portuguesa produziram um documento de trabalho muito válido, onde está referida a palavra certificação por 27 vezes. Parece estar criado o consenso mínimo entre várias entidades públicas e privadas sobre a importância que tem a organização e a execução de um sistema de certificação quer para a floresta, quer para a «rotulagem» dos produtos com origem na floresta. Existe já uma diversidade de sugestões, quer para a certificação das empresas de exploração florestal – porque não as entidades e organizações intervenientes nos espaços florestais – quer para os produtos cinegéticos silvestres; para além disso, são as propostas de integração do tema da certificação nos PROF's e algumas ideias sobre as carreiras profissionais e respectiva certificação específica, etc.

Elementos Essenciais

Independentemente da discussão internacional em curso, podem observar-se vários objectivos que se pretendem atingir com a gestão florestal e a certificação dos produtos de madeira. O objectivo global da criação de um sistema de certificação da gestão florestal é fundamentalmente o de melhorar a gestão de todas as florestas. A um nível mais específico e fazendo incidir a nossa visão sobre a floresta que temos, a nossa preocupação é a de introduzir sistemas e práticas de gestão na floresta portuguesa contribuindo dessa forma quer para obter melhor

conhecimento, quer para um alargamento das múltiplas funções da floresta – económica, ecológica e social.

Sob o ponto de vista dos nossos parceiros industriais, o objectivo da certificação dos produtos de madeira é claramente o de manter e aumentar o acesso aos mercados, melhorar as respectivas quotas de mercado, possibilitar a diferenciação dos produtos e naturalmente ganhar vantagens competitivas.

Definições de Certificação Florestal

Existem pelo menos duas etapas para a certificação dos produtos de madeira:

- O primeiro passo tem a ver com a certificação da gestão florestal, que basicamente se pode descrever como a execução de uma avaliação a efectuar por uma terceira-parte e que se concentra nas práticas de gestão florestal, comparando-as com indicadores de desempenho, expressos segundo padrões económicos, ecológicos e sociais.
- A segunda etapa da certificação dos produtos de madeira, exige a actuação de uma entidade, também independente, que inspeciona e rastreia todo o ciclo do produto relativo ao corte, transporte, processamento e comercialização até ao produto final.

Esquemas de Certificação

Existem universalmente várias estruturas de certificação baseadas em elementos mais ou menos consensuais, mas que divergem por razões de dimensão do mercado onde estão situadas, que se contradizem por razões políticas ou meramente porque estão agrupadas em ramos associativos diferentes. A indústria de um modo geral – e observe-se o que se passa com a pasta do papel – sente-se mais confortável com a estrutura ISO 14000 uma vez que o esquema de certificação é liderado pelo Instituto Português da Qualidade e portanto possui uma certa uniformidade com outros sectores de actividade económica. Por outro lado, organizações não governamentais,

predominantemente sediadas nos E.U.A. e no Reino Unido e mais ou menos agrupadas segundo interesses associativos ligados ao ambientalismo, como é o caso da SGS Forestry e da Rainforest Alliance, possuem metodologias diversas para avaliar, classificar e certificar florestas.

As opiniões expressas pela Direcção Geral de Florestas têm vindo a apontar no sentido da criação de um sistema de certificação em Portugal que seja consensual a partir das ideias que sobre este tema possuem quer a D.G.F., quer a **Forestis**, Federação de Produtores, Celpa e A.I.M.M.P.

Não podemos ignorar a existência em Portugal, de uma corrente de opinião, que traduz o ponto de vista segundo o qual a certificação envolve demasiadas questões técnicas não solucionadas e portanto a gestão da floresta é demasiado complexa para que a certificação seja praticável.

Provavelmente será o maior ou menor grau de troca de experiências, de elementos informativos, entre estes parceiros, sobre o que pensam os agentes nacionais que exercem a sua actividade em torno da floresta, que nos conduzirá ao melhor conceito sobre o que constitui para os portugueses uma boa gestão florestal sustentada e como podemos medir os resultados desta gestão. O movimento «certificação» terá mais debates oportunamente e exige certamente maior clareza e consenso do que a nebulosidade actual nos mostra.

Pela parte da **Forestis** existe a maior disponibilidade para esse debate e competência técnica para nele participarmos activamente.

Eng^a Alexandre Sousa

Sistemas de Informação Geográfica (SIG)

A **Forestis** usufrui como apoio à sua equipa técnica e aos seus sócios de um Sistema de Informação Geográfica (SIG). Como não será uma tecnologia de conhecimento do público em geral tentaremos através deste artigo fazer uma exposição simples sobre o tema.

Embora nem todos saibamos o que é um SIG, ao longo do nosso dia a dia usufruímos desta tecnologia de uma maneira que nos é transparente, mas que se deixasse de existir poderia fazer parar muito do que nos é familiar. Um exemplo da utilização dos SIG correntemente utilizados por nós é o sistema Multibanco, através do qual podemos proceder a diversas operações monetárias em qualquer local do mundo sem que nem nós nem o nosso banco percamos o controlo da conta bancária, sabendo aonde procedemos a levantamentos e pagamentos com recurso ao cartão.

Outro exemplo desta aplicação é a maneira como é gerido o trânsito em algumas cidades do nosso País. Os técnicos responsáveis do trâ-

sito nas câmaras municipais servem-se de Sistemas de Informação Geográfica para tomarem conhecimento da maneira como se processa o trânsito ao longo do dia, baseando-se nessa informação para alterarem os sentidos nas ruas e estabelecerem novas vias.

Num futuro próximo (já existe essa possibilidade na cidade de Lisboa) os veículos automóveis estarão equipados com aplicações informáticas geridas e criadas por SIG que em conjunto com a tecnologia GPS permitirão a qualquer um passear-se por uma localidade desconhecida como se tivesse lá vivido a vida toda. Só precisaremos de indicar ao computador para aonde desejamos ir, para que ele em função do conhecimento das ruas que possui e da informação do trânsito em tempo real que lhe é fornecido, por outras tecnologias, (ex: O RDS dos auto rádios) se encarregará de nos levar o mais rapidamente possível ao nosso destino.

No entanto todas estas e muitas mais aplicações dos SIG não são mais que o aproveita-

mento de um conceito nascido nos anos 60 e que só devido à grande velocidade com que a tecnologia evolui é que podemos passados só 30 anos inventar mil e uma utilizações.

O que é então um SIG?

Em linguagem comum, é uma configuração de *Hardware* (computador) e *Software* (aplicações informáticas) especialmente designado para aquisição, manutenção e uso de dados cartográficos (Tomlin e Dana, 1990). Outra definição de Sistema de Informação Geográfica é dado por Lachowski et al. (1992) como sendo uma ferramenta para introduzir, guardar, manipular analisar e apresentar os dados referentes aos recursos espaciais, servindo de suporte aos processos de decisão.

As aplicações que podem ser atribuídas aos SIG no sector florestal são tão variadas quanto a nossa imaginação possa nos levar. Actualmente os SIG são utilizados na fileira florestal nas áreas dos projectos florestais, a planificação da aptidão florestal, a integração de modelos de crescimento e a gestão de cortes, a optimização da localização de parques de madeira e de postos de vigia, o combate a incêndios florestais, a gestão dos caminhos florestais, o combate e detecção de pragas e doenças, os estudos da aptidão cinegética, etc. (Reis, 1995).

Como exemplo prático da utilização de um SIG numa exploração florestal, podemos imaginar uma exploração que cobrisse uma área considerável de floresta. Nessa exploração, tínhamos, com recurso ao SIG, definido um plano de corte em que as diversas parcelas estavam classificadas em função da idade das árvores, qualidade da estação, tipo de madeira, etc. Então poderíamos a qualquer momento saber a madeira que estaria em condições de ser cortada, e em função da utilização que estaria prevista para essa madeira poderíamos definir uma área máxima de corte para evitar grandes áreas contínuas sujeitas a corte e assim evitar um grande impacto ambiental.

O local onde se situaria o parque de madeiras dessa exploração poderia também ser optimizado em função daqueles que se encontrassem à corte e da rede viária de acesso existente. A própria rede viária também poderia ser melhorada com o SIG de maneira a servir melhor o parque de madeiras, bem como os locais onde nos anos seguintes estariam previstos cortes ou os locais em que o risco de incêndio é maior.

O Risco de incêndio também era calculado usufruindo da possibilidade de análise permitida

pelo SIG. Em função desse risco de incêndio e das condições do terreno seria estabelecido um plano de combate e prevenção dos incêndios florestais, com o SIG a ajudar a escolher os locais onde seriam implantados postos de vigia e pontos de água.

Como o SIG depende de informação cartográfica para ser implantado e funcionar, seriam impressos diversos mapas e cartas temáticas para os diversos intervenientes na floresta. Os bombeiros contariam com informação completamente actualizada da rede viária, postos de vigia, pontos de água e risco de incêndio. Os empreiteiros e madeireiros saberiam exactamente que obras realizar e que madeira extrair da exploração. E os grandes beneficiários seriam os proprietários, que saberiam a qualquer momento como é que se está a processar a exploração, beneficiação e protecção das suas matas. Como nos SIG nenhuma informação anterior é rejeitada contavam ainda com informação sobre o desenvolvimento da exploração ao longo dos anos para analisar.

No entanto esta tecnologia que parece ser perfeita tem um senão. Devido ao custo de utilização e necessidade de manipulação por parte de pessoal especializado (pelo menos numa fase de implantação, pois toda a informação é facilmente extraída sem grandes conhecimentos informáticos) está limitado a explorações com um tamanho que permita rentabilizar estes custos.

É nesse sentido que a *Forestis*, bem como algumas das associações locais que os pensam implantar, possui o seu Sistema de Informação Geográfica. Associando-se, os pequenos proprietários podem assim justificar a utilização dos recursos de um SIG na sua exploração com todas as vantagens que daí pode advir. Aqui, como em muitas outras áreas do sector florestal, o associativismo pode contribuir para uma melhor floresta.

Bibliografia

- LACHOWSKI, H.; Maus, P.; Platt, B. (1992). *Integrating Remote Sensing with GIS*. Journal of Forestry.
- MARABUTO, Sérgio M. (1997). *Evolução da Densidade de Coberto em Montado de Sobre (com recurso a SIG e Matrizes de Transição)*. Relatório Final de Estágio, UTAD, Vila Real.
- REIS, Henrique J. (1995). *Utilização de um sistema de informação geográfico para avaliação do perigo de incêndio no perímetro florestal da Serra do Marão*. Relatório Final de Estágio, UTAD, Vila Real.
- TOMLIN, C. Dana. (1990). *Geographic information systems and cartographic modeling*. Prentice-Hall, Inc. Englewood Cliffs, New Jersey.

VIDA DA *Forestis*

Contribuição da *Forestis* na discussão do Plano de Desenvolvimento Sustentado da Floresta Portuguesa e participação na reunião de Tomar

Visando o prosseguimento da presença activa da *Forestis* no forum de discussão sobre o Plano de Desenvolvimento Sustentado da Floresta Portuguesa, a *Forestis* participou na reunião em Tomar, promovida pela Direcção Geral das Florestas (DGF) nos passados dias 17 e 18 de Julho.

Depois de ter sido feito um grande esforço no sentido de contribuir com sugestões para alteração ao documento proposto, a DGF entendeu que, devido à necessidade de apresentar urgentemente a versão definitiva do Plano, não se podia, – nesta fase já adiantada dos trabalhos – alterar a estrutura do documento. Esta atitude gerou um descontentamento por parte de algumas das 50 a 60 pessoas presentes na reunião de Tomar, onde se discutiu uma versão quase definitiva do mesmo. Assim foi também quando se recorreu à divisão dos assistentes em grupos aos quais cabia discutir os assim designados problemas controversos, tais como a caça e pesca, a floresta dos eucaliptos, a sublotação dos pinheiros, o fundo financeiro florestal, a reforma da administração pública, o papel social das florestas, etc..., sentindo que os assuntos que lhes interessavam iam ser discutidos separadamente, correndo-se o risco de conclusões contraditórias.

No decurso dos trabalhos, houve outras queixas de diversos intervenientes, sobre a estrutura do documento e seu conteúdo, que ficaram sem resposta. Regista-se as que interessam à *Forestis*:

- As metas que figuram no documento não estão justificadas com informações estatísticas que permitam julgar da sua bondade. É lícito concluir que elas são excessivamente modestas quando dizem respeito às futuras iniciativas dos privados, e são extraordinariamente altas quando se referem às tarefas que poderão caber às instituições públicas;
- Há uma confusão exagerada entre «Acções» e «Instrumentos de Política», sendo ainda de referir que nesta última coluna figuram, muitas vezes, meras intenções;
- Não obstante se reconhecer que se espera grande colaboração do Sector Privado, representado em grande parte pelas Associações

Florestais, o Plano não regista medidas claras e objectivas para «facilitar o aparecimento destas» e para encontrar «formas de colaboração, no planeamento local e na actuação, entre o Sector Privado e as representações locais da DGF ou do IFADAP»;

- Por fim, não transparece no Plano a identificação de realidades regionais diferentes, com as suas respectivas necessidades e políticas de fomento florestal (quer a nível dos dispositivos institucionais quer financeiros).

Apesar do esforço que a DGF fez em ouvir, já foi um passo positivo. A intenção de continuar a ouvir, é um outro passo positivo. À *Forestis* cabe, agora, continuar a fazer uma crítica positiva a este Plano e, mais ainda, contribuir para a sua implementação.

Primeira reunião do Conselho de Direcção da *Forestis*

Na sequência da recente aprovação do regulamento interno da *Forestis*, reuniu o Conselho de Direcção da *Forestis* em 27 de Junho passado, para promover uma reflexão interna conjunta e participada no sentido de redefinir as actuações prioritárias da *Forestis*. Contando com uma ampla participação de representantes das suas Associações, foram analisadas as recentes linhas de actuação da *Forestis* e de cada Associação Sub-Regional, tendo em vista não só a necessidade de implementação de um funcionamento cada vez mais integrado e homogéneo, mas também a de aumentar a capacidade de resposta da *Forestis* às expectativas de cada Associação.

A *Forestis* participou nos Conselhos Regionais Agrários de Trás-os-Montes e de Entre-Douro e Minho

Realizaram-se nos passados dias 2 de Julho e 16 de Julho as reuniões dos Conselhos Regionais Agrários de Entre-Douro e Minho e de Trás-os-Montes, respectivamente. Funcionando como órgãos consultivos das respectivas Direcções

Regionais de Agricultura, estes Conselhos reúnem representantes regionais das instituições públicas e privadas com actividade relevante no sector agrícola e florestal, bem como as organizações representativas dos diferentes interesses sócio-económicos agrários.

No Conselho Regional Agrário de EDM, que funciona por secções, teve lugar a 1ª reunião da Secção de Organização e Desenvolvimento Rural. Foi apresentado o trabalho desenvolvido e a desenvolver pela respectiva DR Agricultura e foram discutidos os grandes problemas com que se depara esse sector. Foram ainda apresentadas as perspectivas para o futuro no âmbito do próximo Quadro Comunitário de Apoio. A **Forestis** esteve representada pelo Engº Alexandre Sousa, que levantou o grave problema da estrutura fundiária como obstáculo ao desenvolvimento e que referiu a importância que a inovação assume na abordagem dos mercados e no desenvolvimento das áreas deprimidas.

No Conselho Regional Agrário de TOM, que funciona em sessão plenária, e que se realizou na Cooperativa Agrícola de Montalegre, o debate foi subordinado ao tema «Baldios – sua importância social e económica». Em representação da **Forestis**, o Engº Ilídio de Araújo contribuiu para o debate, apresentando primeiro a **Forestis**. Depois, manifestou-se no sentido de que o associativismo florestal só poderia ganhar força se os baldios se associarem, podendo-se assim criar uma estrutura técnica que permita gerir não apenas os respectivos baldios, mas também as propriedades privadas inseridas no mesmo perímetro. Cada região, podia ser dividida em cantões onde se manteria permanentemente uma brigada de trabalhadores, que nas épocas de fogos fizessem a vigilância e o primeiro combate, e no resto do ano trabalhariam na floresta, nos respectivos cantões, quer na área baldia quer na privada. Este sistema permitiria envolver as populações na gestão e defesa da sua floresta.

Visita do grupo de trabalho «apoio à propriedade florestal privada e associativismo» à **Forestis**

A **Forestis** teve o prazer de receber na sua sede o grupo de trabalho de «apoio à propriedade florestal privada e associativismo» no passado dia 16 de Julho. Composto por representantes da DGF e das diferentes Direcções Regionais de

Agricultura, este grupo de trabalho tem como objectivo principal a articulação do trabalho efectuado sobre o associativismo florestal pela DGF e pelas Direcções Regionais de Agricultura do País.

Após uma apresentação de cada membro do grupo de trabalho, a **Forestis** apresentou as suas actividades e o seu funcionamento, as suas dificuldades e perspectivas de solução para a dinamização e consolidação do associativismo florestal na região de minifúndio.

Ficou bem claro para os participantes que o trabalho na área de associativismo florestal nesta zona de minifúndio é uma tarefa muito difícil, que está longe de ser compensada em termos monetários e que este movimento recente precisa de grandes apoios, nomeadamente na elaboração de políticas adequadas a esta realidade.

Uma missão de Turcos em visita à **Forestis** e à Associação Florestal do Vale de Sousa

A **Forestis** e a Associação Florestal do Vale de Sousa receberam, em 22 de Julho passado, uma delegação de 12 pessoas, do Ministério das Florestas da República de Turquia, e de um assessor do Banco Mundial, interessados em conhecer a experiência deste movimento associativo na sensibilização, mobilização e participação dos proprietários e das populações na valorização e protecção da floresta, assim como no conhecimento das políticas de fomento florestal.

Depois de uma apresentação do movimento associativo florestal da região Norte e Centro na sua globalidade, na sede da **Forestis**, a delegação prosseguiu para o Vale de Sousa, onde pôde visitar vários projectos de agrupamentos, medir o seu impacto e o papel da Associação Florestal



Delegação da República da Turquia visita a **Forestis**.

do Vale de Sousa na sua dinamização. Aproveitamos para agradecer a colaboração da Associação Florestal do Vale de Sousa e da Direcção Regional de Agricultura de Entre-Douro e Minho que contribuíram para o êxito desta visita.

Formação Profissional

O Departamento de Formação da **Forestis** teve o seu «pico alto» nos meses de Junho e Julho. Os cursos de formação promovidos neste período foram os seguintes:

- 2 cursos de formação para candidatos a e/ou empreiteiros florestais (ver boletim anterior);
- 1 curso dirigido a técnicos florestais denominado «**Aplicações de GPS na Floresta**», no qual o Departamento de SIG da **Forestis** e da UTAD colaboraram afincadamente. Neste curso participaram técnicos das Associações Florestais Locais, das Direcções Regionais de Trás-os-Montes e da Beira Interior, da Direcção Geral das Florestas, da Câmara Municipal de Pedrogão Grande, da Associa-

ção dos Produtores Florestal do Distrito de Setúbal e técnicos independentes;

- 1 curso para elementos de Juntas de Freguesia e Conselhos Directivos que **gerem Baldios** nos Concelhos de Paredes de Coura, Arcos de Valdevez e Caminha;
- 2 cursos de «**Gestão e Defesa da Floresta**» para proprietários florestais, sócios da Associação Florestal do Vale do Sousa e da Associação dos Produtores Florestais do Vale do Minho, respectivamente;
- 4 Cursos de «**Associativismo, Gestão e Defesa Florestal**», dos quais 2 dirigidos a sócios da Associação dos Produtores Florestais do Vale do Minho e 2 dirigidos a sócios da Associação Florestal do Grande Porto – PORTUCALEA e sócios da Associação Florestal de Entre-Douro e Vouga, respectivamente. Apresentamos aqui a opinião de uma formanda, sócia da Associação dos Produtores Florestais do Vale do Minho, que participou num destes cursos;
- 1 curso para administrativos das Associações Florestais Locais.

Foi por um simples acaso, que tomei conhecimento deste curso em Vila Nova de Cerveira.

E ainda bem que a vida também é feita de «acazos»!...

Assim, durante estas 94 horas, aprendi e completei várias noções na minha pequena cabeça. Muito sucintamente, descrevo algumas, para que não digam que já esqueci:

- *Observar a floresta de forma diferente é um desafio bastante aceitável e realizável.*
- *Encarar a floresta de uma forma racional e consequentemente mais rentável, é possível se escolhermos as plantas mais adequadas ao solo, à topografia, à geologia, ao clima,... enfim aos vários elementos naturais, que no fundo estão interligados.*
- *Escolher a finalidade da floresta nas nossas propriedades é importante. Temos três grandes tipos: de conservação, de protecção e de produção e a reivindicação pelos direitos daí adjacentes é possível.*
- *Só protegemos o que conhecemos! Então porque não conhecermos melhor as nossas propriedades e as suas potencialidades com o apoio de uma associação florestal? O associativismo florestal é uma boa maneira de protegermos com conhecimento o que é nosso e não deixarmos que alguém tome conta do que não lhe pertence.*

Além disso, temas como fogos controlados, prevenção e combate a pragas e doenças, escolha de espécies, compartimentação e biodiversidade, gestão florestal, financiamentos, associativismo florestal (os seus princípios e objectivos), foram discutidos de uma forma participada e simples, mas de grande qualidade.

*E é dessa qualidade que gostaria de falar um pouco. A **Forestis**, como entidade promotora juntamente com a Associação de Produtores Florestais do Vale do Minho, estão de parabéns, pois promoveram, acima de tudo a qualidade na organização, nos formadores, não só pelos profundos conhecimentos de matéria, mas pela grande vontade de os transmitir.*

As saídas ao campo foram de uma extrema importância, pois serviram de complemento às aulas teóricas e forneceram uma visão mais realista do associativismo florestal no norte de Portugal e na Galiza.

Agora, só falta escrever sobre o nosso papel como formandos neste curso.

Acho que depois destas horas bem passadas, era imperdoável voltar as costas e deixar as nossas terras como estão!

Sabendo que existe tanta coisa por fazer e que é possível entrar numa associação e dar o nosso contributo e receber todas as ajudas possíveis para que a floresta portuguesa ganhe novas cores, além de negro (símbolo nacional da floresta portuguesa no Verão!), é impossível não agir. Afinal de contas, é tão simples mudar!

Assim, se pensarmos globalmente e agirmos localmente nas nossas propriedades, estamos a contribuir para que o planeta Terra sofra menos o desgaste a que tem sido sujeito – assim como o elemento Homem!

Desde já felicito a **Forestis** e a Associação de Produtores Florestais do Vale do Minho, pelas boas acções e conduta a que levam a floresta portuguesa, assim como pelo recente livro editado «Vamos passear na Floresta», pois a sensibilização dos mais novos é fundamental para podermos ter coragem de começar a trabalhar na floresta e deixar a continuidade para eles...

Depoimento de uma formanda do curso de Cerveira
Sofia Moura (formanda)



Curso de Formação da Portucalea e da Associação Florestal de Entre-Douro e Vouga.

Destes cursos salientamos o curso «**Organização Administrativa e Financeira das Associações**» no qual os técnicos administrativos adquiriram competências organizacionais e administrativas, conseguindo a curto prazo criar e manter uma estrutura administrativa e financeira adequada a uma Associação Florestal, contribuindo,

assim, para um aumento da eficácia deste Movimento Associativo. O balanço foi bastante positivo, contudo, melhor que a apreciação da Coordenadora é o relato de uma formanda e de uma técnica que apreciou o trabalho da administrativa após a realização do curso.

Depois destes dias passados na acção de formação, acredito que de agora em diante e com os conhecimentos adquiridos, passemos a melhorar a organização administrativa e financeira da Associação. Manifesto assim o meu contentamento pela forma positiva e profissional com que nos formaram e também pelo facto da nossa Associação nos dispensar para participar.

Depoimento da Ana Paula Fernandes
(Administrativa da Associação dos Produtores Florestais do Vale do Minho)

Os resultados foram evidentes, com o arquivo da associação a entrar em reestruturação logo após o regresso da Ana Paula. Enviar correspondência aos sócios é agora muito mais fácil e rápido, bem como obter informações sobre os mesmos. O trabalho administrativo tornou-se realmente mais eficiente, graças ao curso e à vontade da Ana Paula de pôr os novos conhecimentos em prática.

*Agradecemos à **Forestis** a colaboração que nos tem dado nestas áreas.*

Depoimento de Maria Margarida Barbosa
(Técnica Associação dos Produtores Florestais do Vale do Minho)

Queremos salientar que a **Forestis** foi felicitada por um técnico da Direcção Regional de Entre-Douro e Minho, numa visita de acompanhamento ao curso de administrativos e nos congratulou pela iniciativa.

Mas a Formação Promovida pela **Forestis** para 1998 não acaba aqui, temos ainda 8 cursos para o 2º semestre (ver agenda). O volume de formação realizado e a realizar é a prova evidente que esta Federação considera a Formação Profissional um alicerce no Desenvolvimento da Floresta Portuguesa.

Assinatura de um Protocolo com o IFADAP

A **Forestis** esteve presente na sessão de assinatura dos protocolos estabelecidos entre diversas entidades e o IFADAP. O protocolo entre a **Forestis** e o IFADAP tem como objectivo estabelecer um quadro de referência que possibilite a apresentação de projectos de investimento florestal promovidos pelo movimento **Forestis**, que serão objecto de financiamento prioritário pelo IFADAP, dentro do orçamento que foi definido para este fim (para um investimento total no PDF – Programa de Desenvolvimento Florestal – de um milhão duzentos e setenta mil contos, no período de Junho de 1998 a 31 de Julho de 1999).

Em tempo adequado, a **Forestis** manifestou a

sua posição relativamente à proposta do IFADAP, chamando à atenção dessa entidade que os seguintes pressupostos seriam necessários para que a execução do protocolo tenha o sucesso esperado:

- que se encontrem empreiteiros para executar as obras no momento certo (fazendo referência à carência de empreiteiros em algumas zonas da região);
- que a documentação necessária seja bem expressa, nomeadamente no que se refere às áreas comunitárias, em que se gera certa confusão;
- que se esclareça junto da entidade competente o regime do IVA para que não haja atrasos na entrega da documentação;
- que no que se refere à facturação, haja no futuro a possibilidade de apresentar um total por acção ou por parcela em vez de se discriminar rúbrica por rúbrica, o que dificulta a apresentação dessa mesma facturação, principalmente quando se trata de adjudicação directa.

Vale a pena referir ainda que as condições que regem a nova portaria do PDF, através da circular externa do IFADAP, mais uma vez, não respondem às especificidades da região do minifúndio (nomeadamente nos montantes de subsídio atribuídos para a cartografia digitalizada, e para a qual, os levantamentos de GPS, tão necessários nesta zona são em princípio deixados de lado). Ver artigo seguinte...

A nova portaria PDF e o seu regulamento externo

Mais uma vez a Portaria que regula o Plano de Desenvolvimento Florestal, foi alterada. Após várias ameaças de alteração desde Novembro de 1997 eis que em Março de 1998 é publicada uma nova portaria porque a «*experiência de aplicação do Regulamento do Programa de Desenvolvimento Florestal, aprovado pela portaria nº 809-D/94 de 12 de Setembro, com as alterações introduzidas pela portaria nº 606/96, de 25 de Outubro, revelou a necessidade de precisar alguns conceitos, nomeadamente os de área agrupada, associação de proprietários e produtores florestais, e proceder a alguns ajustamentos nas normas processuais com vista a uma maior simplificação da apresentação das candidaturas*»...

O ponto mais importante para a **Forestis** na aplicação deste plano é sem dúvida aquele que se relaciona com as áreas agrupadas e de gestão conjunta.

A **Forestis** desenvolve o seu trabalho numa região de minifúndio e de propriedade pulverizada em que a solução para o aumento de rentabilidade das explorações é a gestão conjunta.

Este novo regulamento de aplicação do PDF tinha a intenção de promover a constituição de áreas agrupadas e de criar benefícios a quem tivesse um contrato de gestão com uma associação de proprietários florestais.

No entanto, os incentivos focam-se na elaboração e acompanhamento dos projectos e cifram-se entre os 0,25% de aumento para projectos individuais sem contrato de gestão e 1% para áreas agrupadas com contrato de gestão. Ora estes valores são manifestamente insuficientes para financiar a dinamização e acompanhamento de projectos de área conjunta e ainda lançam suspeitas sobre as associações promotoras destes tipos de projectos que apesar de tudo são as entidades directamente «*beneficiadas*». O que estava previsto era beneficiar através de maiores taxas de comparticipação os proprietários que fizessem contratos de gestão com as Associações e ainda mais se estivessem envolvidos em projectos de intervenção conjunta.

Quanto aos requisitos formais não há aligeiramento da burocracia, e até, não se entende qual a necessidade de existir um representante do agrupamento, uma vez que existe uma entidade única que é a Associação e que já tem obrigatoriamente que estar mandatada por todos os membros da área agrupada.

Assim temos os proprietários a mandatarem a

associação, os proprietários a mandatarem um representante.

Outra novidade nesta portaria é o surgimento de um novo tipo de candidaturas: as candidaturas simplificadas. Estas candidaturas podem ser utilizadas para projectos em áreas inferiores a 5 ha e não necessitam da assinatura de um técnico, pois, todas as operações são pré-definidas por um conjunto de projectos tipo, publicados pelo IFADAP, para cada região e espécie.

O interessado pode adquirir o livro com os projectos-tipo nos balcões do IFADAP pela quantia de 5 000\$00 e escolher o projecto que melhor se adequa à situação da sua exploração.

Nestas candidaturas não são elegíveis acções de construção e/ou beneficiação de infra-estruturas nem os custos de elaboração ou preenchimento da candidatura. E é aqui que residem alguns problemas pois duvidamos que o proprietário comum consiga interpretar correctamente o conteúdo do projecto tipo e a partir daí escolher e proceder ao preenchimento do formulário.

Seria mais vantajoso e mais justo que, à semelhança do que acontece para algumas medidas agrícolas, existisse uma verba destinada à elaboração e preenchimento das candidaturas.

E para se entender melhor esta opinião passamos a expor a nossa realidade quotidiana:

numa região onde a propriedade média é de 2 ha, a grande maioria dos projectos terão cabimento neste tipo de candidaturas, o que quer dizer que as Associações que até aqui ganhavam uma manifesta e comprovadamente insuficiente compensação pela elaboração e acompanhamento técnico que não abdicam de fazer, agora vêm-se numa situação de trabalharem sem **nenhuma** remuneração. Claro que há vozes que logo se elevarão a dizer que a associação é livre de cobrar aquilo que muito bem entender aos associados. Tudo bem! E qual é a justificação para optar por uma coisa mais simples e cobrar o serviço quando existe ao nosso dispor um método de candidatura para os mesmos projectos onde a elaboração é elegível.

A solução é não cobrar, mas quem suporta os gastos e o tempo de deslocação ao terreno e de acompanhamento e do próprio preenchimento do formulário? São as associações com os reduzidos meios que têm?

Parece mesmo que estamos numa conversa de surdos. Se anteriormente reivindicávamos maiores compensações para a elaboração dos projectos, e maiores benefícios para os proprietários com projectos de gestão conjunta, agora temos a resposta no sentido **diametralmente oposto**.

Começamos a pensar que se está a tentar dar uma imagem que na realidade é virtual!

VIDA DAS ASSOCIAÇÕES

Associação Florestal de Entre-Douro e Vouga

Forestis

A Associação Florestal de Entre-Douro e Vouga está a um passo de concluir o seu primeiro ano de existência, facto este que ocorrerá a 20 de Setembro de 1998.

É com alguma satisfação que verificamos que, ao fim deste período, a Associação está muito próxima de conseguir atingir os 100 associados, os quais têm usufruído do leque de serviços muito diversificados ao seu dispor.

Apesar da postura que define de uma maneira geral os nossos proprietários, principalmente no que diz respeito à falta de motivação para intervir nas suas áreas, devido ao tempo de espera a que têm que se sujeitar para conseguirem obter algum rendimento da sua mata e de sentirem o receio dos fogos florestais, a Associação já elaborou diversos projectos florestais no âmbito do PDF e no Reg. (CEE) 2080/92, alguns deles encontrando-se já em fase de execução. É contudo, uma das nossas preocupações, o incentivar e fazer acreditar que um só nada faz, mas todos juntos teremos maiores hipóteses de proteger a floresta, inculcando assim, o espírito de associativismo.

Para além dos outros serviços, salientamos, a formação profissional. A Associação candidatou-se a um programa de formação que está a decorrer, no qual foram apresentados para além de outras

acções, 4 acções em «Produção Florestal», de duração de 105 horas cada uma, englobando vários temas, desde a importância do sector, passando pela instalação e condução dos povoamentos até à higiene e segurança no trabalho florestal, incluindo também duas visitas de estudo. Terminada a primeira acção, estando a segunda em vias de o ser, e tendo em conta que os formandos são detentores de áreas florestais ou que o serão mais tarde (filhos dos proprietários), concluímos que estas acções servirão para estimular e despertar o interesse pela floresta, sensibilizando-os e transmitindo conhecimentos, muitas vezes de carácter prático, estando assim a contribuir para que haja um maior número de pessoas a correr a favor da floresta e não contra ela. É também com satisfação que a *Forestis*, em colaboração com a Associação, levou a cabo o curso «Associativismo, Gestão e Defesa Florestal», em Vale de Cambra.

A Associação encontra-se de momento a preparar a sua primeira Jornada Técnica, sob o tema «A Gestão Sustentável das Florestas e a Certificação: os seus desafios», bem como a presença na feira das Colheitas, integrada nas festas do concelho de Arouca.

Jorge Cunha

(Técnico da Associação Florestal de Entre-Douro e Vouga)

ARBOREA – Associação Florestal da Terra Fria Transmontana

A ARBOREA – Associação Florestal da Terra Fria Transmontana, dispõe já de equipamento informático e viatura, adquiridos com o apoio da medida 4 do PAMAF, que lhe permitem realizar algum trabalho que tinha em agenda, nomeadamente projectos florestais e o contacto directo com os associados. A falta de meios de que a Associação dispunha, não permitia dar apoio atempado aos associados, apoio que carecia de uma visita no local onde a abordagem é totalmente diferente de uma explicação através de um telefone. Com a aquisição de uma viatura de todo terreno, que nos permite fazer visitas aos associados, facilita também a visita às explorações, podendo inteirarmo-nos dos problemas com que se debatem no terreno.

Neste momento estamos a trabalhar com três Juntas de Freguesia do Concelho de Vinhais na elaboração de projectos, um de arborização e dois de beneficiação, ao abrigo da Medida 3 do PAMAF.

Durante o mês de Agosto, época em que a maioria das pessoas tiram as suas merecidas férias, procedeu-se à elaboração de um projecto de candidatura à medida 2 do PAMAF, que já deu entrada nos serviços do IFADAP em Vila Real. Através da referida candidatura, pretende-se obter financiamento para despesas de exploração da Associação (tipo telefone, correio, etc...).

Estamos certos que esta candidatura, caso seja aprovada, complementará os apoios à medida 4, e permitirá atingir os objectivos a que nos propusemos.

Cuidados na plantação

Compra de plantas

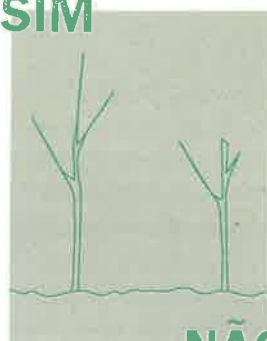
SIM



NÃO

- Na aquisição das plantas estas devem ser:
- vigorosas;
 - apresentar uma boa proporção entre a raiz e a parte aérea
 - uma raiz bem conformada, em que é fundamental a presença de raízes pequenas – responsáveis pela absorção dos nutrientes – ao contrário das mais grossas cuja principal função é a de suporte. No caso de fornecidas em saco, as raízes não se devem apresentar enroladas;

SIM



NÃO

- Parte aérea bem conformada e recta, com a flecha não danificada;
- **Folhosas** (ex: Carvalho, Castanheiro, etc...) – 1 ano de viveiro, com 15 a 50 cm de altura e sem folha, no caso de ser caduca;
- **Resinosas** (Ex: Pinheiro, Cedro, etc...) – 1 ano de viveiro, com 10 a 30 cm de altura.

Transporte de plantas

Durante o transporte das plantas deverá:

- acondicionar bem a planta de forma a não ficar danificada;
- proteger do sol e vento;
- se de raiz nua, cobrir com serrapilheira ou palha.

NÃO



Antes da plantação

Se após a chegada das plantas, estas tiverem que aguardar pela plantação:

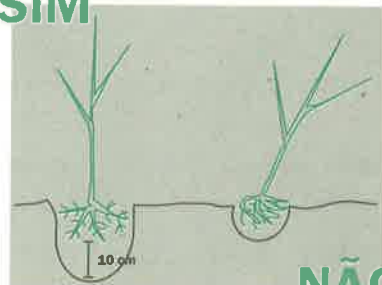
- proceder ao seu abacelamento, se de raiz nua, em local abrigado do sol e vento, mantendo as raízes sempre húmidas.

Plantação

Cuidados a ter em conta

- as covas de plantação deverão ser adequadas às dimensões da raiz. Assim recomenda-se, de uma forma geral, uma profundidade 10 cm superior ao tamanho da raiz;
- a árvore deverá ser colocada na cova, bem vertical;
- o tronco não deverá ser enterrado, pois a emissão de raízes superficiais atrasaria o crescimento.

SIM



NÃO

Estas características são as aconselháveis sempre que o objectivo da plantação seja a produção lenhosa e partindo-se do princípio que não vão ter o cuidado de uma árvore de jardim.

Seminários e feiras

Na altura de preparação desta edição, está a decorrer a **2ª feira florestal de Celorico da Beira**, onde a *Forestis* participa... Relato no próximo boletim.

Sistema agro-silvícolas

28 e 29 de Setembro na Universidade de Trás-os-Montes
Organização: Núcleo de Dinamização Florestal

Gestão sustentável e a certificação: os seus desafios

3 de Outubro em Arouca
Organização: Associação Florestal de Entre-Douro e Vouga em colaboração com a *Forestis*

Que futuro para os Planos Regionais de Ordenamento Florestal?

22 e 23 de Outubro, Exponor
Organização: *Forestis*, em colaboração com a Direcção Geral das Florestas
22 e 25 de Outubro, paralelamente decorre nestes dias a: FIMAP – Feira Internacional de Máquinas para trabalhar Madeira; e a FERRALIA – Salão de Acessórios e Equipamento Auxiliar para a Indústria da Madeira
Organização: EXPONOR

Associativismo florestal

12 e 13 de Novembro
Comissão organizadora: DGF/*Forestis* – Federação dos Produtores Florestais, AGRO-Guarda, Direcção Geral do Desenvolvimento Rural (para mais informações, dirigir-se à DGF), na Guarda

Comercialização do material lenhoso

21 de Novembro, em Gondomar
Organização: PORTUCALEA – Associação Florestal do Grande Porto em colaboração com a *Forestis*

Comercialização do sector florestal

12 de Dezembro em Arcos de Valdevez
organização: Associação Florestal do Lima

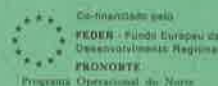
ASSOCIAÇÕES FLORESTAIS SUB-REGIONAIS

ASSOCIAÇÕES	SEDE	PRESIDENTE	EQUIPA TÉC.
Assoc. Florestal do Vale do Sousa	Rua Infante D. Henrique, 94 • 4580 Paredes Tel. / Fax: (055) 783 979 • Telem.: (0936) 2752402	Dr. Américo Mendes	Eng ^a . Amália Neto
CELFLO	R. Andrade Corvo, Ed. Câ. Mun. • 6360 Celorico da Beira Tel. / Fax: (071) 741 307	Eng ^a António J. Marques Caetano	Eng ^a . Marisa Martins
Associação Florestal do Lima	Antigos Paços do Concelho – Praça. da República 4990 Ponte de Lima Telem.: (0931) 625 099 • Tel./Fax: (058) 944 103	Sr. Viana da Rocha	Eng ^a . Sónia Marques
Assoc. Florestal de Basto	Av. Capitão Elísio de Azevedo, Lt.14, 2º D 4860 Arco de Baúlhe Tel. / Fax: (053) 665 309 • Telem.: (0936) 844 163	Arq ^o . Ilídio de Araújo	Eng ^a . Luís Gonçalves
Assoc. Florestal do Cávado	Campo das Carvalheiras nº 1 • 4700 Braga Tel. / Fax: (053) 218 713 • Telem.: (0931) 764 745	Dr. José Braga da Cruz	Eng ^a . Arminda Coutinho
Assoc. de Produtores Florestais do Vale do Minho	Largo dos Padrões, Bloco 4, • 4950 Monção Tel. / Fax: (051) 654 096 • Telem.: (0936) 773 990	Sr. Manuel Guardão	Eng ^a . Margarida B. e Elisabete Araújo
Assoc. Florestal de Entre-Douro e Tâmega	Estrada Larga – Túias • 4630 Marco de Canavezes Tel./Fax: (055) 523 556 • Telem.: (0936) 235 42 85	Dr. Amadeu Carlos Marramaque	Eng ^a . António Neto
Assoc. Florestal do Vale do Douro Norte	Antiga Câmara Municipal – Lº. do Pelourinho – Apartado 38 5090 Murça Tel.: (059) 511 712 • Telem.: (0931) 955 40 42	Sr. Coronel António M. Aires	Eng ^a . João Teixeira
PORTUCALEA (Associação Florestal do Grande Porto)	Rua 5 de Outubro, nº 5 (Ed. Bombeiros) • 4420 Gondomar Tel./Fax (02) 463 18 66 • Telem.: (0936) 249 75 63	Eng ^a José Barros Sousa e Maia	Eng ^a Teresa Neves
ARBOREA – Assoc. Florestal da Terra Fria Transmontana	Ed. Casa do Povo – Largo do Toural • 5320 Vinhais Tel.: (073) 712 05 • Fax: (073) 713 40 Telem.: (0936) 502 134	Dr. Eduardo Vicente Roxo	Eng ^a Amândio Esteves
Associação Florestal de Entre-Douro e Vouga	P. Brandão de Vasconcelos, 10 (Antigo edifício escolar 4540 Arouca Tel./Fax: (056) 949 041 • Telem.: (0936) 267 51 63		Eng ^a Jorge Cunha
Associação dos Silvicultores do Vale do Ave	Adega Cooperativa de Guimarães • Motelo – Fermentões 4810 Guimarães Tel./Fax: (053) 412 376 ou (02) 609 01 56		Eng ^a Rui Guimarães



RUA DO CAMPO ALEGRE, 823, 4150 PORTO • TELF: 02 6006129 • FAX: 02 6090156 • EMAIL: forestis@mail.telepac.pt

Entidades que patrocinam a *Forestis*



Instituto Florestal